

CASSANDRA RIOS: UMA VOZ CENSURADA NO REGIME MILITAR NO BRASIL

Roberta Knapik Brum – brumrknapi@gmail.com

Mestre em Educação pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ).

Délcio Marquetti – delcio.marquetti@uffs.edu.br

Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Docente do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

RESUMO: o presente artigo apresenta exposições preliminares de uma pesquisa em andamento, que se encontra em fase inicial. Debruça-se sobre um objetivo aparentemente simples, mas que na verdade é simbólico e, portanto, significativo: em tempos de empoderamento feminino, objetiva retirar da margem e do esquecimento e trazer à tona uma das escritoras mais censuradas no Brasil no contexto do período do regime militar (1964-1985): Cassandra Rios (1932-2002). Assim, busca recuperar a história de uma voz encoberta pelos silêncios. Rios foi considerada pela censura como autora pornográfica, e como tal, proibida. A fim de dar conta da proposta, a pesquisa parte de fontes bibliográficas e documentais, destacadamente os pareceres censórios da Divisão de Censura a Diversões Públicas (DCDP) sobre os livros da autora, assim como os próprios livros da autora e também entrevistas concedidas por Rios à veículos da época, geralmente revistas. Esta documentação é complementada por uma historiografia que versa sobre a temática da repressão durante o regime militar (1964-1985), em especial no âmbito/instância da censura cultural, especificamente a voltada aos livros, amparado em teóricos como Carlos Fico, Beatriz Kushnir, Douglas Atilla Marcelino e Sandra Reimão. De caráter prioritariamente bibliográfico, situa-se no diálogo entre dois campos: História e Literatura, caracterizando-se pela perspectiva da História Cultural. Pensa-se os encontros e desencontros desses dois campos sob a ótica da História Cultural, a partir de historiadores como Sandra Jatahy Pesavento, assim como o entendimento de pornografia pautada na historiadora Lynn Hunt.

PALAVRAS-CHAVE: censura; Cassandra Rios; literatura pornográfica; regime militar.

1 INTRODUÇÃO

Cassandra Rios (1932-2002), pseudônimo de Odete Rios, escreve seu primeiro livro, *Volúpia do Pecado*, aos 16 anos e desde então

Durante toda a sua carreira, Rios escreveu **mais de 40 romances de grande sucesso** que lidam com o **tema da homossexualidade**. Enquanto adereçava uma variedade de assuntos e problemas sociais, como a inflação, a violência, a brutalidade policial, o sincretismo, a corrupção, etc., se poderia dizer que a descrição da homossexualidade em cenários urbanos é a linha central e recorrente que permeia toda a sua obra (SANTOS, 2003, p. 18, grifos nossos).

Estudos sobre instrumentos repressivos, em especial a censura, especificamente de cultural, ou de diversões públicas - termo empregado à época - não são necessariamente inéditos, afinal a censura configurou-se em um objeto de estudo. Porém, até aonde foi possível saber, estudos sobre Cassandra Rios não são vastos. Foram identificados três estudos principais: Piovezan (2006),

Cantalice (2011) e Nóbrega (2015), os dois primeiros pelo viés literário e o último pelo viés historiográfico. Além deste, nenhum trabalho havia se concentrado exclusivamente em Cassandra Rios. O que se localizou foram capítulos ou subcapítulos em dissertações e teses sobre livros pornográficos, nos quais emerge o nome de Cassandra Rios, geralmente apenas apresentando elementos gerais: Cassandra Rios como uma das autoras mais censuradas do período, como uma das autoras com maior vendagem, rotulada de pornográfica e cuja linha central das narrativas consistia na homossexualidade feminina (MARCELINO, 2005; REIMÃO, 2011)¹.

Tendo como objeto de estudo a história de Cassandra Rios é na História Cultural que encontro a interlocução entre os dois campos que constituem a temática do estudo, História e Literatura.

Pesavento (2003, p. 32) entende que "História e Literatura são formas distintas, porém, próximas, de dizer a realidade e de lhe atribuir sentidos, e hoje se pode dizer que estão mais próximas do que nunca". Na esteira desse raciocínio, a mesma autora afirma que a história remete a uma perspectiva, ou seja, "a leitura que faz de uma época é um olhar entre os possíveis de serem realizados" (PESAVENTO, 2000a, p. 10, grifos meus). Assim, "a história teria a tarefa de reimaginar o imaginado, oferecendo uma leitura "plausível" e "convincente" do passado" (ibidem).

Na articulação entre os campos, a narrativa literária é entendida e empregada como fonte para a narrativa histórica. Ou seja, tem-se a Literatura como fonte para a História. Desta forma, "a leitura da literatura pela história não é uma leitura literal e sim o resgate da representação do mundo que a narrativa literária expressa" (PESAVENTO, 2000a, p. 11). Para a autora, a narrativa literária "opera como que janelas ou portas de entrada para a compreensão de formas de agir, de pensar e de representar o mundo em uma determinada época" (PESAVENTO, 2008, p. 74).

A literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, [...] quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real [...]. o que é recorrente em uma época, o que escandaliza, o que emociona, o que é aceito socialmente e o que é condenado ou proibido? Para além de disposições legais ou de códigos de etiquetas de uma sociedade, é a literatura que fornece os índices para pensar como e por que as pessoas agiam desta e daquela forma (PESAVENTO, 2008, p. 82-83).

¹ Em Marcelino (2005) encontra-se na "Parte III – Moral", no capítulo 5 – "Em defesa da moral e dos bons costumes: a censura moral." como subtítulo denominado "Duas autoras pornográficas e o "tabu" do homossexualismo". Já em Reimão (2011) encontra-se no capítulo 1 – "Ditadura militar e censura a livros - Brasil (1964-1985)", no subtítulo "Autores nacionais e censura", no subitem "Livros eróticos/pornográficos".

Partindo do pressuposto que a realidade nunca é alcançada por completo e o que existe é uma representação da realidade, o passado real ao qual me remeto, a figura da mulher lésbica, portanto, será construído na forma de uma representação. Pesavento (2008, p. 69) conceitua a história como uma “narrativa que constrói uma representação sobre o passado”. Deste entendimento, o conceito de representação, ultrapassando a noção de percepção, identificação e atribuição de significados, é tida como uma “ideia de substituição, ou ainda presentificação de ausência” (PESAVENTO, 2003, p. 33). Assim sendo, objetiva-se a partir de um conjunto de fontes primárias² e de historiografia sobre história da pornografia e história da censura no regime militar, ou seja, de uma pesquisa documental e bibliográfica, presentificar uma ausência, ou seja, Cassandra Rios.

De modo estrutural o artigo divide-se em duas seções, além da introdução e considerações finais: na primeira seção apresenta-se Cassandra Rios, destacando suas obras, enquanto na segunda analisa-se o elemento pornográfico nas obras de Rios articulado à censura.

2 CASSANDRA RIOS, UM FENÔMENO ESQUECIDO

Assim é: proibida pela direita, desprezada pela esquerda. Cassandra Rios me lembra uma bruxa perseguida (e bruxa aqui tem o sentido que as Feministas recuperaram: aquela que se rebelou contra padrões sócio-culturais [*sic*] impostos) (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 8).

É deste modo que a revista *Lampião da Esquina* descreve Cassandra Rios, uma das autoras de maior sucesso editorial do mercado brasileiro, marcadamente perseguida pela censura do regime militar brasileiro (1964-1985) e rotulada como escritora pornográfica e maldita, principalmente por tratar da homossexualidade feminina.

Há divergências nos números de vendagem e também de censura³, porém há um consenso: Cassandra Rios era uma das autoras mais vendidas e também mais censuradas⁴ no regime militar (SANTOS, 2003; MARCELINO, 2005; PIOVEZAN, 2006; CANTALICE, 2011; REIMÃO,

² Este conjunto é constituído por livros de Cassandra Rios, pareceres censórios da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) sobre os livros da autora e também de entrevistas dadas pela autora, assim como reportagens feitas por veículos de comunicação. nomeadamente a revista *Realidade* e *Lampião da Esquina*.

³ Marcelino (2005) indica censura a 14 títulos enquanto Reimão (2011) eleva este número para 18. A imprecisão dos números pode ser justificada a partir de duas conjecturas: a primeira, que como os números são baseados na listagem produzida pela própria DCDP, existe a possibilidade de livros examinados não terem sido registrados. Já a segunda concerne à possibilidade de Rios escrever sob outros pseudônimos para ter seus livros liberados pela censura, posto que Cassandra Rios já era um nome marcado.

⁴ Dentre os livros censurados encontram-se *A borboleta branca*; *Breve história de Fábria*; *Copacabana posto seis*; *Maçaria*; *Marcella*; *Uma mulher diferente*; *Nicoleta ninfeta*; *A sarjeta*; *As serpentes e a flor*; *Tara*; *Tessa, a gata*; *As traças*; *Veneno*; *Volúpia do pecado*; *A paranóica* e *O prazer de pecar* (REIMÃO, 2011).

2011; NÓBREGA, 2015). Duas matérias de revistas circulantes à época são esclarecedoras neste sentido, a primeira da revista *Realidade* (1970) e a segunda, da revista *Lampião da Esquina*⁵ (1978):

[...] neste ano de 1970, chegará a uma posição jamais alcançada por uma escritora brasileira: será a **primeira mulher a atingir 1 milhão de exemplares vendidos**. Ela é a **única mulher no Brasil que vive exclusivamente de livros**; mesmo entre os homens, só Jorge Amado e José Mauro de Vasconcelos a acompanham (*REALIDADE*, 1970, grifos nossos).

Cassandra Rios ainda resiste. Com **36 livros proibidos**, ela só pensa em escrever (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1978, p. 1, grifos nossos).

Em outro trecho da reportagem da *Lampião*, uma analogia pontual sobre o significado da censura à Rios, traz implícito e funciona como indício não apenas do sucesso de Rios nas vendas, mas também da popularidade que gozava a autora

[...] quanto mais audiência um trabalho que não vai dentro desse sistema "normal" tiver, mais ele será perigoso para aquele que sofrerá o perigo da censura. **Se você tivesse apenas três leitores não seria censurada. Você é censurada porque é a TV Globo da literatura brasileira** (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1978, p. 10, grifos nossos).

Neste sentido, um parecer da DCDP sobre o livro *A paranóica [sic]*, um dos únicos livros de Rios a serem liberados pelo órgão, não necessariamente pelo conteúdo não pornográfico da obra (havia elementos pornográficos, “há cenas eróticas cuja narração se faz de forma pouco literária” (PARECER 04/79, 1979), mas por uma peculiaridade. O técnico de censura justifica a liberação por um motivo insólito: não atrair a atenção do público para a obra, que segundo o mesmo “passou despercebida”.

O livro foi escrito em 1969 e editado em 1976. Está, portanto, nas livrarias há cerca de três anos. Parece-me, assim, que seria **contraproducente proibir agora** em 1979 a sua circulação. Essa providência **serviria apenas para chamar atenção** sobre um livro que passou despercebido. Tal medida, por outro lado

⁵ O *Lampião da Esquina* foi um jornal homossexual brasileiro que circulou durante os anos de 1978 e 1981. Nasceu dentro do contexto de imprensa alternativa na época da abertura política de 1970, durante o abrandamento de anos de censura promovida pelo Golpe Militar de 1964 (GRUPO DIGNIDADE, 2017). Nesta edição em especial, a reportagem sobre Cassandra Rios caracterizou-se por uma roda de conversa, na qual participaram Mirian Paglia Costa, Maria Adelaide Amaral, Darcy Penteadó, Marisa Correia, João Silvério Trevisan, Glauco Mattoso, além de Rios. A reportagem é basicamente a transcrição da conversa, de modo que em alguns momentos a fala é assinalada para outra pessoa que não Cassandra.

daria pretexto a autora para campanha publicitária em torno de seu nome e dos livros que tem escrito (PARECER 04/79, 1979)⁶.

Depreende-se deste fato que a censura em si constituía um elemento de atração e que a não censura, em alguns casos, era uma estratégia de censura, por assim dizer. Em outras palavras, era uma estratégia censória para relegar certas obras ao esquecimento.

As narrativas de Rios se caracterizavam como contrárias à moral e os bons costumes por um elemento básico já apresentado: a maioria de suas protagonistas eram lésbicas. Ela dava a voz a indivíduos marginalizados, senão invisibilizados na sociedade, de uma maneira realista, por um viés afirmativo, mas não imune a preconceito, à homofobia e à repressão.

[...] visão pioneira e papel ativo na representação de identidades específicas e relações gays e lésbicas brasileiras em sua modalidade complexa [...] Cassandra Rios tornou-se **um dos primeiros autores a escrever literatura gay e lésbica no Brasil**. [...] **intenções de dar visibilidade aos homossexuais como sujeitos** e as dificuldades que teve de enfrentar durante sua carreira como uma escritora lésbica, que sempre **advogou por uma visão diferente da homossexualidade** (SANTOS, 2003, p. 19-20, grifos nossos).

Desta forma, Santos (2003, p. 18) também afirma que “a ficção de Rios assume um papel significativo que se opõe ao paradigma dominante, subvertendo-o” (SANTOS, 2003, p. 18), de modo que também teve “[...] papel fundamental no processo de dar sociabilidade à existência e resistência homo de uma maneira que desafiasse construções heterocêntricas e eurocêntricas de subjetividades latinas ou, mais especificamente, brasileiras (*ibidem*, p. 30).

A escrita de Cassandra segundo Piovezan (2006, p. 8) se caracterizava por "apresentar uma narrativa pouco sofisticada, por meio do uso de uma linguagem linear e direta". Marcelino (2005) vai ao encontro de Piovezan ao afirmar que

Os livros escritos por Cassandra Rios eram obras baratas, de caráter assumidamente popular, publicados em edições pouquíssimo sofisticadas. Muitos deles, traziam em suas capas mulheres em posições sensuais ou títulos já bastante indicativos do conteúdo da publicação adquirida como, por exemplo, *Eu sou lésbica*, *Volúpia do pecado* ou *Nicoleta ninfeta*" (MARCELINO, 2005, p. 185).

⁶ O livro foi comercializado com a recomendação de que passasse a ser vendido com invólucro plástico e com a proibição de venda a menores de 18 anos, posto que poderia ser “prejudiciais a pessoas ainda em formação e que não tem sua personalidade definida” (PARECER 04/79, 1979).

Os pareceres⁷ entreveem uma crítica dos próprios técnicos de censura ao estilo narrativo de Rios, ao tecerem comentários como “uma infeliz sub literatice” (PARECER 1711/75, 1975), “não possui nenhum valor moral, educativo ou mesmo literário, estando tudo calcado em uma linguagem medíocre de total degradação do ser humano” (PARECER 166/76, 1976), “em nada contribui para melhorar a literatura brasileira” (PARECER 102/76, 1976) ou ainda “cuja narração se faz de forma pouco literária, beirando a vulgaridade” (PARECER 04/79, 1979).

Os meios acadêmicos e intelectuais desqualificavam quando não ignoravam as narrativas de Rios, devido a "dita baixa qualidade de sua literatura" (MARCELINO, 2005, p. 185), em outras palavras, "com base em argumentos consistentes relativos à qualidade de sua prosa" (PIOVEZAN, 2006, p. 6). Rios responde a este “desdém” nas páginas de um de seus últimos livros, *Flores e Cassis*

Me batizaram de Demônio das Letras, Papisa do Homossexualismo, uma dama de capa e espada, seduzindo e corrompendo. Vestiram-se e revestiram-se como decorosos santos, e no entanto, tudo ao redor dessa gente fede. Fede! Os metidos a sábios da Literatura! Mais aparecem eles do que suas obras! (RIOS, 2001, p.)

A associação de Rios à literatura lésbica era e é tamanha que Piovezan (2006, p. 8) inclusive afirma que "seu nome se tornaria no imaginário coletivo quase que sinônimo de literatura lésbica".

2 A PORNOGRAFIA DE CASSANDRA RIOS

Os livros de Rios foram vetados, e, portanto, censurados por serem considerados eróticos ou pornográficos, segundo caracterização do DCDP (MARCELINO, 2005; PIOVEZAN, 2005; REIMÃO, 2011; NÓBREGA, 2015). Apesar da caracterização enquanto pornográfica, a conceituação do que constituiria pornográfica não existia em documentos legais.

O que se tinha era o decreto-lei 1.077, que versava sobre a proibição de quaisquer manifestações contrárias à moral e aos costumes, nos mais diversos meios de comunicação, desde televisão, rádio, teatro, música, jornais, até revistas e livros. Que a pornografia era algo contrário à moral e aos bons costumes é algo óbvio, mas o que era pornografia ou o que tornava um material pornográfico não era explícito. Havendo então um campo conceitual não delimitado e amplo, a pornografia era, portanto, algo de certo modo subjetivo e arbitrário. Reimão (2011, p. 10) inclusive já apontava que a censura aos livros "foi marcada por uma atuação confusa e multifacetada, pela ausência de critérios [...]".

⁷ A crítica dos técnicos de censura não se limitava aos pareceres, vide reportagem veiculada no Jornal do Brasil (CENSOR... 1970, p. 7), na qual critica-se o surgimento de “diversos livros com linguagem pornográfica e de terceira categoria sobre lesbianismo”.

Contudo, tomando as obras de Cassandra Rios e as articulando aos postulados de Lynn Hunt, é possível delinear o que seria pornografia. Primeiramente é importante situar a pornografia:

Embora o desejo, a sensualidade, o erotismo e até mesmo a representação explícita dos órgãos sexuais possam ser encontrados em muitos, senão em todos tempos e lugares, a pornografia como categoria legal e artística parece ser um conceito tipicamente ocidental, com cronologia e geografia particulares. (HUNT, 1999, p. 10).

A cronologia e geografia particulares às quais se refere Hunt são nomeadamente o século XVIII e a França e a Inglaterra⁸. Segundo Hunt (1999, p. 37) “deste a época de Aretino, no século XVI, a pornografia vinculou-se à subversão política e religiosa”, no sentido de crítica geralmente ao Estado e à Igreja, e também foi associada à imoralidade e à necessidade de proteger-se a sociedade (*ibidem*, p. 14).

Contudo, no Antigo Regime e Revolução Francesa, e junto a democratização da cultura impressa e ao advento do gênero romance, a pornografia se remodela⁹, no sentido de que as intenções do autor pornográfico, segundo Hunt (1999, p. 41) era “criticar as relações sociais e sexuais” e também porque a “[...] excitação sexual substituiu os objetivos populistas radicais [...]” (*ibidem*, p. 43).

[...] objetivo consciente de despertar o desejo sexual do leitor, a exposição de material autêntico sobre sexo em oposição às convenções hipócritas da sociedade e ao domínio da Igreja (HUNT, 1999, p. 31).

Assim, vigora na modernidade a definição de Peter Wagner sobre pornografia, adota por e intrínseca ao texto de Hunt (1999)

a **representação realista**, escrita ou visual, de órgãos genitais ou **condutas sexuais**, que implica **transgressão deliberada da moral** e dos tabus sociais existentes e amplamente aceitos" (WAGNER 1988, p. 6 *apud* HUNT, 1999, p. 26, grifos nossos).

⁸ Hunt (1999, p. 25) ressalva que apesar dos livros franceses constituírem o núcleo da tradição pornográfica, a primeira fonte moderna de pornografia é o escritor italiano do século XVI Pietro Aretino. Aretino é autor de duas obras pornográficas clássicas, *Ragionamenti* e *Sonneti Lussuriosi* (Sonetos Luxuriosos em português), o primeiro em prosa e o segundo em verso. No primeiro apresenta diálogos realistas e satíricos entre uma mulher velha e experiente e outra jovem inocente e no segundo compôs uma série de sonetos para acompanhar uma coleção de gravuras eróticas que representavam diversas posições sexuais.

⁹ Uma das principais mudanças é o abandono do modelo de Aretino, caracterizado pelo diálogo entre duas mulheres, pelo romance extenso, o que se deu principalmente devido ao desenvolvimento do romance, ocorrido no século XVIII (HUNT, 1999, p. 31).

Rios se enquadra nesta definição, no momento em que sua temática central é a sexualidade, em especial a homossexualidade, destacadamente a feminina, então entendida como patológica e desviante, portanto, transgressora da moral vigente. Também nesta análise, na homossexualidade feminina encontra-se implicada a noção de oposição a um modelo restrito de mulher, e por consequência, a contraposição a um dos pilares fundamentais do regime: a família, todos aspectos que serão abordados mais a fundo adiante.

Dos elementos apresentados por Hunt (1999, p. 26) trazidos por Aretino como decisivos na tradição pornográfica¹⁰, dois aparecem em Rios: a representação explícita da atividade sexual e o desafio às convenções morais da época. Se não bastasse a presença por si só de personagens lésbicas nas obras Rios, existia também o elemento da representação realista de condutas sexuais, posto que relações sexuais eram descritas nos seus mínimos detalhes:

Num passo calculado, Dafne jogou-a sobre o sofá e beijando-a e Tateando-a com suas mãos nervosas e grandes, livrou-a agilmente das calças; [...]. Numa atitude completamente estranha, louca, foi deslizando a bôca trêmula e pecaminosa pelas coxas de Calíope, que ficou estarrecida, vítima daquele gesto vil e sem pudor. [...]. E quase desfaleceu horrorizando-se mais. Aquele bôca quente sugava-lhe a alma, bebia-lhe o sêmem do pecado. (RIOS, 1959, p. 150)

Hunt (1999, p. 44) assinala que já na fase moderna da pornografia a “[...] polícia ainda considerava essas obras perigosas, [...] porém esse perigo era menos político do que moral e social”. Esta noção de proteção da sociedade é explícita no decreto-lei 1.077 de 1971, principal instrumento legal de censura, aplicado pelo DCDP, principal órgão de censura. Conforme o texto constitucional,

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes;

CONSIDERANDO que essa norma **visa a proteger a instituição da família, preserva-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;**

CONSIDERANDO, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

CONSIDERANDO que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

CONSIDERANDO que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e **ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira;**

¹⁰ São quatro elementos no total. Além dos já supracitados, são elementos a forma do diálogo entre mulheres, a discussão sobre o comportamento das prostitutas (HUNT, 1999, p. 26).

CONSIDERANDO que o emprêgo dêesses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que **põe em risco a segurança nacional** (BRASIL, 1970, grifos nossos).

O decreto indicia explicitamente preocupação com elementos fundamentais: a instituição da família, a formação sadia e digna da mocidade, preservação dos valores éticos e morais da sociedade brasileira, além da segurança nacional. O Estado está embutido de uma necessidade de proteger a sociedade, como depreende-se dos pareceres censórios

nada aconselhável a qualquer público, essencialmente aos adolescentes podendo influir-lhes negativamente na sua formação psicossomática, uma vez que o conteúdo encerra induzimento à prática de atos objetos, contrariando à moral e aos bons costumes, razão pela qual sugiro a sua INTERDIÇÃO (PARECER 166/76, 1976).

Ou ainda “de tal forma que esta leitura é **desaconselhável para qualquer público, por não contribuir em nada para a formação ou aperfeiçoamento da personalidade**, sendo outrossim amoral e eivada de linguagem pornográfica” (PARECER 135/76, 1976, grifos nossos) e “há cenas eróticas cuja narração se faz de forma pouco literária, beirando a vulgaridade e que podem ser **prejudiciais a pessoas ainda em formação e que não tem sua personalidade definida**” (PARECER 04/79, 1979, grifos nossos).

A pornografia de Rios se dá por dois âmbitos: o primeiro, óbvio, por tratar da sexualidade. O segundo, complementar, por tratar não apenas da sexualidade, mas da homossexualidade. E mais, destacadamente da homossexualidade feminina.

À época – e ainda hoje – a homossexualidade era um dos temas mais polêmicos, de modo que “todo tipo de menção ao homossexualismo motivava reclamações” (FICO, 2005, p. 273). Segundo Santos (2003) “o amor homossexual era automaticamente marcado como transgressivo e marginal” (SANTOS, 2003, p. 22). Existia apenas uma representação de gays ou lésbicas durante o regime, que “era o estereótipo, uma imagem caracterizada e perpetuada para e durante o carnaval” (SANTOS, 2003, p. 23).

Além da associação, entendimento e rotulamento da homossexualidade como algo transgressivo, a homossexualidade feminina confrontava violentamente com um modelo imaginário de família – nuclear, composta por pai, mãe e filhos – no qual havia um papel estabelecido e restrito: um modelo de mulher caracterizado pelo trinômio “esposa-dona-de-casa-mãe” (RAGO, 1985 p. 62) e que circunscrevia a mulher a dois espaços fundamentais: âmbito doméstico e a maternidade (*ibidem*, p. 64). Afinal, como Santos (2003) sinaliza, era um sistema dominante que

[...] fortemente advogava "valores de família", enquanto, por outro, apagava e punia severa e violentamente todos os tipos de transgressões "não aprovadas" - incluindo a rebeldia a papéis sexuais preestabelecidos (SANTOS, 2003, p. 23).

Na reportagem da *Lampião da Esquina*, é delineada uma radiografia exata do cenário, ao apresentar a família como elemento central do sistema moral vigente

[...] o sistema está baseado sobre uma organização que se chama família. A partir do momento em que você dispõe de algum campo que não seja o relacionamento "normal", você está realmente mexendo no ponto fundamental do sistema (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 10).

Era um modelo e um sistema que “dessexualiza a mulher”¹¹ (RAGO, 1985, p. 79), onde o aspecto sexual, em uma clara associação às morais cristãs, concentra-se basicamente na ideia de procriação ou reprodução. O prazer sexual de modo geral é uma ideia combatida, e quando existente, reservada ao homem, de modo que a mulher “não pode procurar o prazer do coito, e a ideia do orgasmo materno se torna algo escandaloso ou mesmo impensável” (*ibidem*, p. 83).

Neste sentido, Rios era ciente de que a homossexualidade, em especial o lesbianismo, era entendido como sexualidade desviante¹², que o corpo lésbico era considerado transgressor, “atentatório a um modelo de feminilidade que se julgava adequado e era defendido no e pelo regime ditatorial” (PIOVEZAN; FONTOURA JUNIOR, 2015, p. 2407). E por ser desviante, deveria ser combatido e perseguido dentro e fora da literatura. Esta ciência encontra-se na fala de Rios à revista *Lampião da Esquina*

[...] um professor, mesmo estando contra o sistema, será obrigado a ensinar aquilo que o sistema exige, e então ele vai dizer para o aluno: "O HOMOSSEXUALISMO É UMA COISA ANORMAL" (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 10).

Adiante na análise conjuntural, mais uma reflexão pontual emerge, agora sobre o instrumento legal empregado pelo regime na censura

[...] decreto-lei 1077 - que é a base da censura prévia por razões de atentado à moral e aos bons costumes - tratam do **atentado à moral e aos bons costumes**

¹¹ Rago (1985, p. 84) afirma que o "corpo e o sexo da mulher foram patologizados desde o século XVIII".

¹² A existência de sexualidades desviantes, no regime militar entendidas como imorais, patológicas, pervertidas e condenáveis, pressupõe uma sexualidade não desviante, ou seja, um modelo de sexualidade ideal. Em uma sociedade patriarcal, de tradição católica, onde papéis sociais relacionados aos sexos eram rigidamente divididos e estratificados (PIOVEZAN, 2006, p. 8), o modelo ideal era a sexualidade heteronormativa, no qual o sexo era visto como um meio para um fim (reprodução) e não como fim em si mesmo (prazer).

como uma ameaça ao sistema porque outra ameaça à família [sic] (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 10, grifos nossos).

Na esteira desde raciocínio, Rios também foi atemporal ao postular à homossexualidade o caráter de orientação, não de opção, o que também se caracteriza como uma oposição à heteronormatividade

Marcelina era isso porque **ela não teve escolha, não decidiu**. Do mesmo modo que **um homossexual é homossexual porque é**. Não adianta discutir (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 9, grifos nossos).

Adiante na análise, segundo Piovezan e Fontoura Junior (2015, p. 2408) existia a “concepção de que o lesbianismo, por si só, era algo pornográfico¹³ e, portanto, obsceno e atentatório às famílias, sendo necessária a sua exclusão [...]”. Assim, para uma obra ser considerada “pornográfica”, a simples presença de personagens lésbicas acabava por determinar a obscenidade da obra, de modo que as lésbicas eram entendidas como “pervertidas”¹⁴. Os pareceres ilustram com exatidão a associação entre o lesbianismo e contrariedade à moral e aos bons costumes em trechos como “a descrição das cenas de tribadismo¹⁵ entre as personagens extrapolam qualquer limite de tolerância” (PARECER 79/76, 1976), “o presente livro versa sobre as taras homossexuais de uma professora por suas alunas **Contraria assim, de maneira frontal, um padrão moral consagrado** pela nossa sociedade” (PARECER 1720/75, 1975, grifos nossos) ou ainda “os livros da autora acima citada, há muitos anos vem sendo vendidos clandestinamente, onde concluímos que, até os próprios editores não ousavam lançá-los abertamente ao público, **devido ao seu conteúdo altamente atentatório a moral e aos bons costumes**” (PARECER 1755/75, 1975, grifos nossos).

As personagens de Rios, em especial as protagonistas, frontalmente de encontro com o modelo de feminilidade vigente, ao papel social que cabia à mulher, no sentido de que “mulher nasceu exclusivamente para ser mãe, para o lar, para brincar com o homem, para diverti-lo” (RAGO, 1985, p. 97). Primeiramente, eram lésbicas assumidas, inclusive em relacionamentos estáveis. Em nenhum momento há menção a algum instinto materno. Estavam insertas na esfera

¹³ Sapê Grootendorst (GROOTENDORST, 1993, p. 52 apud SANTOS, 2003, p. 28) vai além ao observar que, “no Brasil, 'literatura gay' é geralmente considerada algo proibido, pornográfico, de mau gosto e de qualidade ruim”.

¹⁴ Rago (1985, p. 85) sinaliza que desde a década de 1930 era corrente o entendimento de que existiam “práticas antífisicas [sic] nas mulheres”, como as “doutrinas lesbianas”, o onanismo e coitos contra a natureza. Sobre este último, o sentido não é claro, existindo três leituras possíveis: a) algo no sentido de sexo não reprodutivo, como sexo anal, oral ou mesmo masturbação; b) sexo homossexual, que comportaria todas as práticas descritas acima; c) concerne especificamente ao lesbianismo ou sexo lésbico.

¹⁵ O ato sexual lésbico que consiste em friccionar a genitália na genitália ou outra parte do corpo da parceira.

pública do trabalho, em profissões liberais – escritoras, secretárias, taquígrafas - portanto, assalariadas e definitivamente não se circunscreviam ao âmbito doméstico. São retratadas como mulheres independentes, determinadas, bem-sucedidas financeiramente, sexualmente ativas e equivalente aos homens no que tange ao prazer, ou em outras palavras, carnavais.

Considerando os pareceres do DCDP, percebe-se que os livros de Rios foram vetados por serem contrários à “moral e os bons vigentes”, subsidiados principalmente no decreto-lei 1.077 de janeiro de 1970. Todos os aspectos discutidos anteriormente “justificam” os vetos às obras de Rios, como contrários à moral e aos bons costumes vigentes, com base no decreto-lei 1.077, e o rótulo de Rios, de autora pornográfica¹⁶.

3 COMENTÁRIOS FINAIS

A fins de síntese e encerramento, retomemos uma das teses de Santos (2003, p. 18): “Cassandra Rios dedicou-se ao projeto de re(a)presentar vidas e subjetividades gays e lésbicas”. A magnitude deste projeto torna-se clara se considerarmos um elemento crucial ainda não abordado: Rios escreve principalmente nas décadas de 1960 e 1970, ou seja, período em que ainda vigorava a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que homossexualidade (à época ainda cunhada como homossexualismo) constava na Classificação Internacional de Doenças (CID)¹⁷, no código 302, capítulo V, que então versava sobre transtornos mentais. Em outras palavras, existia uma patologização da homossexualidade. Não havia apenas uma condenação social e moral, havia também um discurso médico, que de certo modo legitimava e validava a condenação da homossexualidade e o entendimento da mesma como algo “anormal”. Rios escrevia, portanto, de forma valorada sobre algo entendido como desvio, doença e perversão. Não apenas isso, conforme Santos (2003)

Apesar de não ter sido a primeira a descrever gays e lésbicas na literatura brasileira, ao contrário de seus predecessores e contemporâneos, Cassandra foi o primeiro autor que **não retratou o assunto da homossexualidade como uma patologia ou um vício moral envergonhante**. Em seus romances, embora não

¹⁶ É importante salientar que o rótulo de pornográfica foi ressignificado e aplicado enquanto estratégia editorial, no qual a imagem da pornografia, e mesmo a noção de censura, era atrativa ao público em geral. Assim havia “[...] promoção do gênero pornográfico quanto à celebração da imagem de maldita e proibida conferida às autoras” (LONDERO, 2015, p. 75).

¹⁷ Em uma breve historicização, homossexualismo aparece no CID a partir da 6ª revisão, datada de 1948, na categoria Personalidade Patológica (código 320), subcategoria de Desvio Sexual. Na 8ª revisão, datada de 1965, a classificação é alterada, passando de Personalidade para Patológica para Desvio e Transtornos Sexuais (código 302), subcategoria Homossexualismo (LAURENTI, 1984). Apenas em 1990, na data de 17 de maio, a OMS retira a homossexualidade do seu rol de doenças. Também eliminou a aplicação do sufixo “ismo”, desassociando orientação sexual de patologia. Cabe lembrar que cinco anos antes, em 1985, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) brasileiro já havia deixado de classificar a homossexualidade como desvio sexual.

imunes ao preconceito e sofrimento, homossexuais eram frequentemente retratados positivamente (SANTOS, 2003, p. 22, grifos nossos).

Rios é emblemática não só pela censura ao indivíduo, mas pelo que se buscava censurar: a existência homossexual, destacadamente a lésbica. Santos (2003, p. 20-23) já assinalava que uma vez que a censura estava também "na negação de sua existência com sua própria interioridade", de modo que a obra de Rios "era uma grande subversão do retrato opressivo que procurava apagar gays e lésbicas da vida comum e como parte da comunidade". Afinal, como a própria afirma "[...] quando censuram seus livros estão, de fato, tentando censurar uma realidade que não se pode censurar, porque ela existe" (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 10).

A temática de Rios, original e polêmica para a época, não só confronta como ameaçava um modelo sexual vigente considerado ideal e todo um sistema moral. Rios foi corajosa ao construir personagens que transgrediam o papel feminino tradicional, dirigindo-se para as questões de gênero, tão caras atualmente, mas que não nos cabe nos debruçarmos agora e nem temos a pretensão de fazê-lo aqui. Talvez em um estudo posterior.

Rios é de certa forma vanguardista ao escrever protagonistas femininas, ao dar voz à mulher, marginalizada na sociedade machista da época. Geralmente lidamos muito mais com a construção masculina da representação das mulheres do que com sua própria percepção de sua condição social, sexual e individual, então, no momento em que há a percepção da mulher lésbica por uma mulher lésbica (exemplificando, no livro *O gamo e a gazela*, Calíope por Cassandra Rios) há uma inversão de enunciação e também tomada de voz. Era uma mulher escrevendo sobre amor entre iguais, sobre sexo, sobre prazer feminino e liberdade sexual das mulheres, em uma sociedade que entendia o sexo apenas para fins exclusivamente procriativos e, portanto, heterossexuais e não como prazer.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 1970.

CANTALICE, Juviano Gomes de. **Configurações do homoerotismo feminino na obra As Traças de Cassandra Rios**. 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande.

CENSOR denuncia aparecimento de livros que exploram o lesbianismo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 08 ago. 1970. 1º Caderno, p. 7.

FICO, Carlos. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, RJ, v. 3, n. 5, p.251-286, dez. 2002.

GRUPO DIGNIDADE (Org.). **Lampião da Esquina**. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

HUNT, Lynn (Org.). **A invenção da pornografia**: obscenidades e as origens da modernidade. São Paulo: Hedra, 1999. Tradução de: Carlos Szlak.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988. 2001. 428 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.

LAMPIÃO DA ESQUINA. 9ª edição. Rio de Janeiro, 05 out. 1978.

LONDERO, Rodolfo Lorato. Caçadores canibais e cabeças perigosas: a censura e o mercado da literatura pornográfica no regime de 64. **Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria, RS, n. 25, jan./jun. 2015, p. 73-.

MARCELINO, Douglas Atila. **Salvando a pátria da pornografia e da subversão**: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. 2006. 300 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.

NÓBREGA, Isabela Silva. **(I)moralidade e censura**: prazeres desviantes e sexualidade na obra de Cassandra Rios (1968-1977). 2015. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2015.

PARECER n° 04/79, sobre *A paranóica*, sem assinatura, 05 fev. 1979.

PARECER n° 102/76, sobre *A serpente e flor*, de Vicente de P. Alencar Monteiro, 17 fev. out. 1976.

PARECER n° 135/76 sobre *Macária*, de Yumko Akagava, 4 mar. 1976.

PARECER n° 166/76 sobre *Tessa, a gata*, de Maria Livia Fortaleza, 27 fev. 1976.

PARECER n° 1711/75, sobre *Copacabana posto 6, a madrasta*, de Marina de A. Brum Duarte, 27 out. 1975.

PARECER n° 1720/75, sobre *As Traças*, de Ana Katia Vieira, 29 out. 1975.

PARECER n° 1755/75 sobre *Uma mulher diferente*, de Ascension Palacios Ohanques, 30 out. 1975.

PARECER n° 79/76, sobre *Volúpia do Pecado*, de José do Carmo Andrada, 10 fev. 1976.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Literatura, história e identidade nacional. **Vydia**: Revista eletrônica, Santa Maria, v. 19, n. 33, p.9-27, jan. 2000a.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.). **Literaturas cruzadas**: diálogos da história com a literatura. Porto Alegre: Editora Universidade (UFRGS), 2000b.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**: ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, p.31-45, set. 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PIOVEZAN, Adriane. **Amor romântico x deleite dos sentidos**: Cassandra Rios e a identidade homoerótica feminina na literatura (1948-1972). 2006. 105 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba.

PIOVEZAN, Adriane; FONTOURA JUNIOR, Antonio. Corpos censurados: moralismo no período da ditadura civil-militar e a literatura de Cassandra Rios. CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 7., 2015, Maringá, PR. **Anais eletrônicos...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2015, p. 2407-2417.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REALIDADE, mar. 1970.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e Resistência**: censura a livros na ditadura militar. 2011. 130 f. Tese (Livre Docência) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RIOS, Cassandra. **As Traças**. São Paulo: Brasiliense, 2005. Organização de: Rick Santos.

RIOS, Cassandra. **Flores e Cassis**. São Paulo: Editora Pétalas, 2001.

RIOS, Cassandra. **O Gamo e a Gazela**. São Paulo: Edições Spiker, 1959.

RIOS, Cassandra. **Tessa, a Gata**. São Paulo: Hemus - Livraria Editôra LTDA, 1968.

SANTOS, Rick. Cassandra Rios e o surgimento da literatura gay e lésbica no Brasil. **Revista Gênero**, Niterói, RJ, v. 1, n. 4, p.17-31, jul./dez. 2003.

Title

Cassandra Rios: a silenced voice in the military regime in Brazil.

Abstract

The present article presents the preliminary results of a research in progress, which it is in its initial phase. It focuses on a simple, but symbolic goal, therefore meaningful: in times of female empowerment, it aims to withdraw from fringe and forgetfulness and to bring to the surface one of the most fervent authors in Brazil in the context of the military regime period (1964-1985): Cassandra Rios (1932-2002). Thus, it seeks to recover the story of a voice covered by silence. Rios was considered by censorship as a pornographic author, and as such, prohibited. In order to account for the proposal, a search of bibliographical and documentary sources highlights the censorship of the Department for Public Entertainment Censorship (DCDP) about the author's books, as well as the author's own books, complemented by a historiography about the theme of repression during the military regime (1964-1985), especially in the scope of cultural censorship specific to books, sustained by theoreticians like Carlos Fico, Beatriz Kushnir, Douglas Atilla Marcelino and Sandra Reimão. In a predominantly bibliographic nature, it is situated between two fields: History and Literature, characterized by the perspective of Cultural History. It is thought within encounters and mismatches of two camps from a perspective of Cultural History, from historians as Sandra Jatahy Pesavento, as well as the understanding of pornography in the historian Lynn Hunt.

Keywords

Censorship; Cassandra Rios; pornographic literature, military regime.

Recebido em: 01/04/2018.

Aceito em: 22/04/2018.